

Militares admitem mudança, mas sem casuísmo

BRASÍLIA — Implantar o parlamentarismo no País como tentativa de cortar um mandato presidencial em exercício é casuísmo, e qualquer mudança do sistema de Governo deve ser feita através de um diálogo com o Presidente José Sarney. Esta foi a opinião expressa pelos Ministros Leônidas Pires Gonçalves (Exército), Henrique Sabóia (Marinha), Moreira Lima (Aeronáutica) e Campos Paiva (Emfa) ao Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e aos Líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso (no Senado) e Luiz Henrique (na Câmara), em almoço que contou ainda com a presença dos Deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

Este encontro foi precedido de outro, ontem pela manhã, entre Sarney, o Senador José Richa (PMDB-PR) e o Deputado Konder Reis (PDS-SC) que, a exemplo do que Arinos fez com os militares, explicaram ao Presidente que o movimento parlamentarista na Constituinte não é contra a sua pessoa ou contra o seu Governo. No almoço, Arinos declarou aos ministros que, desde o início dos entendimentos sobre o parlamentarismo, acha que o processo de implantação do novo sistema passa, necessariamente, por uma conversa com o Presidente.

Tanto Arinos quanto Fernando Henrique saíram do almoço afirmando que os ministros militares não são obstáculo à adoção do parlamentarismo, pois não fizeram em tese objeções a este tipo de sistema. A tônica do encontro foi a preocupação dos ministros com a implantação do



A partir da esquerda, Campos Paiva, Arinos, Moreira Lima, Fernando Henrique, Leônidas e Luiz Henrique

novo sistema durante o Governo Sarney e o temor de que o Presidente seja excluído desta transição.

— Não há dúvidas de que eles aceitam o parlamentarismo. O que eles esperam é um entendimento geral com o Presidente Sarney. E eu estou de acordo com a posição deles, de que não podemos excluir o Presidente desta transição — disse Afonso Arinos, acrescentando ter ficado muito satisfeito com o encontro.

Durante o almoço, Arinos, Fernando Henrique e Luiz Henrique insistiram na proposta de que o parlamentarismo seja adotado logo após a promulgação da Constituição. Ovi-

ram dos ministros, então, que o Presidente Sarney deve ser consultado.

Na conversa, Arinos falou sobre sua posição parlamentarista, fazendo uma longa exposição histórica sobre a República para explicar que este é o melhor sistema de Governo para o País. Após esta exposição, mostrando que a preocupação com a questão conjuntural da adoção do parlamentarismo hoje é maior do que em relação à tese, o Ministro da Marinha, Henrique Sabóia, perguntou:

— Mas, então, como é que se faz agora?

Segundo Fernando Henrique, os ministros militares fizeram questão

de deixar claro que o problema do sistema de Governo é uma "questão civil", e não militar, que não interessa aos militares como corporação. Os ministros não têm, inclusive, uma posição única e fechada sobre o sistema de Governo ideal, pois suas simpatias variam e um deles chegou a confessar-se parlamentarista.

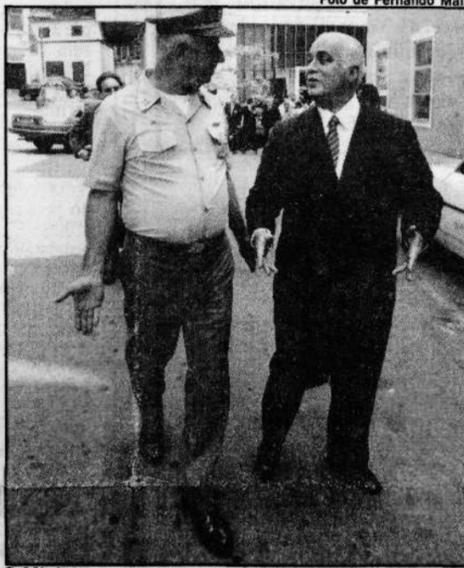
A Deputada Sandra Cavalcanti classificou o encontro como "uma conversa muito boa, que acabou com qualquer tentativa de dar ao movimento parlamentarista a conotação de um confronto com o Presidente ou como uma tentativa de evitar futuras candidaturas à Presidência".

Antônio Carlos faz palestra na ESG e endossa declarações de Leônidas

O Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, apoiou ontem a declaração do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de que o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral, foi elaborado por uma minoria extremada e não corresponde aos anseios da Nação. Ele fez uma palestra para os alunos da Escola Superior de Guerra (ESG), com quais debateu o pronunciamento do Ministro do Exército.

Instado pelos jornalistas, Antônio Carlos falou sobre a possibilidade de o substitutivo, tal como foi apresentado, se transformar no texto final da nova Constituição.

— Teríamos graves problemas — disse — mas se o atual substitutivo viesse a ser aprovado, seria cumprido. A vontade dos constituintes é soberana. Não obstante, tenho certeza que ele não expressa a vontade dos constituintes. Foi elaborado atabalhoadamente, de maneira irracional.



O Ministro conversa com o Almirante David Blower

O pronunciamento de Leônidas foi, por isso mesmo, patriótico.

Em seguida, o Ministro das Comunicações deu dois exemplos do que considera inaceitável no texto até agora aprovado:

— Vejam se é possível: quem for explorar minérios terá de pedir licença aos índios, que são tutelados

pela Funai. O texto também grafa a palavra incentivo com "s", o que deixaria vocês de barbas grandes.

Antônio Carlos reagiu com dureza à declaração do Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, de que não representa uma minoria pois conquistou perto de seis milhões de votos:

— Ora, qualquer candidato a cargo majoritário tem sempre mais votos do que os candidatos a cargos proporcionais. Além disso, é um sofisma querer comparar uma votação obtida em São Paulo com outra obtida, por exemplo, no Nordeste. Isso não passa de um jogo de palavras, que não está à altura do Fernando Henrique. É uma balela que parlamentares eleitos por São Paulo estão explorando. O Fernando Henrique tem seis milhões, o Mário Covas tem oito. Se nós fôssemos de São Paulo, também teríamos.

Antônio Carlos Magalhães acha que o Presidente José Sarney, ao tentar modificar o substitutivo, está "apenas zelando para que a Constituição reflita o ponto-de-vista de todos os brasileiros".

Ao ser interpelado sobre as advertências do ex-Presidente João Figueiredo sobre o perigo de um retrocesso político, respondeu o Ministro das Comunicações:

— Prefiro acreditar no Figueiredo que pediu para que o povo o esquecesse. Eu o esqueci. Vocês também deveriam esquecê-lo.

Ulysses pede que problema não seja superestimado

BRASÍLIA — "Não foi bom, mas também não vamos superestimar o problema". Esse foi o recado transmitido na noite de quinta-feira e ontem pelo Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, aos principais líderes do partido ao comentar as palavras do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, acusando uma minoria de dominar os trabalhos da Constituinte em detrimento da maioria moderada, que não consegue fazer valer os desejos do Governo e da maioria da sociedade.

Ulysses Guimarães deseja — conforme as interpretações dos líderes do partido — "colocar água numa fervura que não era totalmente inesperada", já que o Relator Bernardo Cabral dera, na véspera, redação nova ao artigo referente ao papel das

Forças Armadas, condicionando sua ação a uma determinação dos poderes constituídos, e insistira na adoção do parlamentarismo puro, contra a orientação que lhe fora dada pelo Governo. Hoje pela manhã, Ulysses reúne-se com o Presidente José Sarney. Leva para essa reunião a disposição de encontrar um meio termo entre os sistemas de governo parlamentarista, como consta do anteprojeto de Cabral, e o presidencialismo, que representa não apenas o desejo do Presidente e do Governo mas o dele próprio.

Esse "meio termo" começou a ser esboçado ainda quinta-feira à tarde, algumas horas depois de o Ministro Leônidas Pires Gonçalves ter apresentado suas críticas ao substitutivo. O Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB no Senado, que

acabara de ouvir as críticas do General, prometeu ao Presidente Sarney que iria patrocinar a discussão de um novo texto para o sistema de governo. Ao sair do Palácio do Planalto, uma de suas primeiras providências foi reunir, num dos gabinetes destinados ao Deputado Ulysses Guimarães, representantes das várias correntes do PMDB. Oficialmente eles discutiram a reforma agrária, mas, na verdade, o que apreciavam era como contornar o confronto que se desenhava com o Governo. Ficou acertado, em princípio, que no projeto "Hércules", em estudo pelo "Grupo dos 32", será apresentada uma emenda definindo a função das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia aos poderes constitucionais, à lei e à ordem, sem o condicionamento do atual texto.

Fala do Ministro foi mais amena que as versões

BRASÍLIA — O pronunciamento do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, na quinta-feira, foi bem mais ameno, segundo a ata da reunião ministerial, que as versões divulgadas. Um dos auxiliares do Presidente Sarney anunciou, por exemplo, que o Ministro acusara minorias radicais de dominarem os trabalhos da Constituinte e o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), chegou a dizer que o General considerara o texto inaceitável.

Na verdade, o Ministro foi bem mais moderado:

— Nós sentimos que a vontade política do Governo, da maioria moderada, não vige na Constituinte. A Assembleia Nacional Constituinte está hoje entregue a uma minoria ativa, disciplinada, que, conseqüentemente, domina as ações.

Em outro trecho o Ministro se referiu à correlação de forças:

— Uma vez formalizado o projeto, precisaremos, para alterá-lo no plenário, de 281 votos. Eu queria expressar a Vossa Excelência a nossa preocupação em fazer ouvir a vontade do Governo, pela voz dos políticos e dos partidos que nos sustentam. De maneira a que não tenhamos uma Constituição que não corresponda ao desejo da maioria do povo brasileiro, que é moderada, e que não fique entregue a homens imoderados — para usar um eufemismo — que desejam coisas baseadas em preconceitos, em ressentimentos, e que não pensam no grande futuro deste País.

Ao tratar do substitutivo, citou apenas o artigo 32:

— O artigo 32 dá, aos combatentes da Segunda Guerra Mundial das Forças Armadas e da Marinha Mercante — e a outros que tenham prestado serviços de segurança e vigilância ministerial, ou nas ilhas —, aposentadoria integral com vencimentos de Segundo Tenente. Isso equivale a passar de CZ\$ 4 mil para CZ\$ 22 mil. Só no Exército são mais de 20 mil. E já se inicia um movimento dos que estiveram em São Domingos e no Oriente para receberem as mesmas vantagens. Onde está nosso espírito de cuidar do déficit público?

O prosseguir: "Os senhores podem contar, para acrescentar no déficit público, um montante da ordem de CZ\$ 50 bilhões. A Marinha já fez um primeiro cálculo: deu CZ\$ 10 bilhões. Eu mandei fazer o meu: deu de CZ\$ 25 bilhões a CZ\$ 30 bilhões. Na Aeronáutica deve ser da ordem de CZ\$ 15 bilhões".